

O GARIMPO E AS PAISAGENS RURAIS DO PASSADO NA DIAMANTINA OITOCENTISTA

THE MINING AND THE RURAL LANDSCAPES OF THE PAST IN NINETEENTH CENTURY'S DIAMANTINA

Marcos Lobato Martins¹

Endereço Profissional: Prédio Administrativo da FIH: Campus JK - Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000
Bairro Alto da Jacuba Diamantina/MG CEP 39.100-000

E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

Resumo: Com base na historiografia e na documentação cartorial da Diamantina oitocentista, este artigo analisa a fisionomia dos grandes serviços de lavra, isto é, as paisagens que, no século XIX, caracterizavam as maiores catas de diamantes, mostrando que muitos garimpos combinavam mineração e atividades agropastoris no mesmo espaço. Conclui-se que muitas áreas de intensa mineração integravam paisagens rurais mais amplas, de modo que devem ser consideradas como parte do horizonte rural.

Palavras-chave: Garimpo. Paisagens rurais. Diamantina (MG).

Abstract: Supported in historiography and documents of the nineteenth century Diamantina's notaries, this paper analyses the physiognomy of great mines, namely, the landscapes that characterized the biggest diggings of diamonds, showing that many these combined mining and agricultural activities in the same space. It is concluded that many areas of intensive mining integrated rural landscapes, so that they should be considered as part of the rural horizon.

Keywords: Mining. Rural landscapes. Diamantina (MG).

¹ Doutor em História Econômica pela USP. Professor Adjunto da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades (FIH) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus Diamantina.

Introdução

Os desastres em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), além de deixarem centenas de mortes e enormes danos ambientais, lançaram as grandes atividades minerárias no noticiário da imprensa brasileira. Esses terríveis eventos colocaram em xeque as políticas públicas e as práticas das empresas relativas à segurança das populações que vivem a jusante das barragens de mineração, bem como a eficácia da proteção do meio ambiente.

As imagens de gigantescas cavas e de altíssimas barragens de rejeitos percorreram o país e o mundo.² Cidades inteiras, como Congonhas e Barão de Cocais, estão rodeadas por essas estruturas tão grandes como perigosas. Ressurgiram o medo de novos desastres e a percepção francamente negativa da mineração. As regiões onde a mineração é mais intensa estão sendo diretamente associadas a campos de destruição, à fisionomia lunar, a espaços caóticos, hostis, sem vida e sem beleza, simbolizadores da mais nociva predação do ambiente.

Os desastres citados trouxeram de volta, mas bastante potencializadas, as imagens que povoam as narrativas dos viajantes estrangeiros que percorreram as minas no século XIX, nas quais se mencionam “fossos ao longo das estradas”, “covas abertas nas encostas”, “amontoados de cascalho e barro” gerados pelo afã com que se lavrava ouro.³ O rompimento das barragens de Fundão e do Córrego do Feijão evoca tragicamente a descrição da Lavra de Gongo Soco, feita pelo Barão de Eschwege (1777-1855), que se assombrou com “o funesto serviço de ‘talho aberto’ [que] havia destruído quase totalmente o terreno”.⁴ Ou o trecho de Spix (1781-1826) e Martius (1794-1868) sobre as lavras auríferas no rio Sapucaí, nas localidades de São Vicente e Sant’Ana do Sapucaí, no qual se lê:

(...) de longe parecem trincheiras cavadas. Nas encostas, formando terraços, estavam abertos fossos de alguns pés de profundidade e de largura, pelos quais era levada a água da chuva pelos flancos abertos do barro vermelho. O barro lavado estava amontoadado num e noutro ponto, ou cobria o solo em planícies ou em declives artificialmente sulcados. Tudo dá um aspecto de

² No estado de Minas Gerais, existem 453 barragens de mineração, a maioria construída com a técnica do “alçamento a montante”, conforme CARDOSO, Alessandra; MILANEZ, Bruno. No paraíso tributário da mineração, falta dinheiro para fiscalizar barragens. *Le Monde Diplomatique Brasil*, p. 24, maio 2019. As mineradoras atuam em mais de 250 dos 853 municípios mineiros.

³ Ver MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, n. 4, p. 106-118, 1993/1994. E também MUCIDA, Danielle Piuzana et al. A degradação ambiental em narrativas de naturalistas do século XIX para a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 57, p. 465-495, 2019.

⁴ ESCHWEGE, Wilhelm L. von. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1979, v. 2, p. 51.

destruição selvagem; as próprias estradas estão danificadas, e esta paisagem entristece o viajante penosamente...⁵

Será inteiramente justo, no caso das paisagens mineiras do passado, este *tópos* imagético vinculado aos grandes serviços de mineração? Noutros termos, não há que se nuançar a arraigada tradição historiográfica que descreve a mineração como atividade dilaceradora do meio físico e do homem, que perde a dignidade pela incerteza do êxito na atividade? Eis a questão que norteia a discussão realizada nesse artigo.

Mais especificamente, o objetivo deste trabalho é propor um modelo de espacialidade para as zonas de mineração oitocentistas, focando especialmente a área diamantífera em torno da atual cidade de Diamantina. Trata-se de um exercício de natureza teórica, relativo à construção de uma hipótese sobre a espacialidade e o regime visual do espaço nas grandes “fábricas de diamantes”. Essa formulação é realizada com base numa dupla operação: de um lado, por meio da análise da historiografia regional orientada pela chave de leitura que privilegia o modo como os historiadores compreenderam a paisagem mineira ou, dito de outra forma, o que viram quando olharam para as mais destacadas porções mineradoras do território de Minas Gerais; de outro, a busca de evidências empíricas na documentação de arquivos de Diamantina que possibilitem vislumbrar os arranjos de usos do solo e organização espacial nos grandes empreendimentos minerários do período e, por conseguinte, os perfis dos ambientes construídos pela lavra de gemas preciosas. Esta busca será conduzida tomando-se em conta o exame de teorias da paisagem de geógrafos e historiadores, elencadas na primeira seção do trabalho.

As paisagens como fenômenos geográficos e históricos

A palavra paisagem remete primeiramente à visualidade, aos dados apreensíveis pelos sentidos, isto é, aos elementos materiais que são identificados na conformação de determinada porção da superfície terrestre. Como assinalou Kotler,

para o sociólogo ou o economista, a paisagem é a base do meio físico, que o homem em coletividade utiliza e transforma segundo diferentes critérios. Para o botânico ou ecólogo, a paisagem significa, antes de mais nada, um conjunto de organismos num meio físico, cujas propriedades podem ser

⁵ SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975, p. 192.

explicadas segundo leis ou modelos, com a ajuda das ciências físicas e/ou biológicas.⁶

Para os pintores, os antigos viajantes e os turistas de hoje, paisagem é aquilo que se põe, estática e esteticamente, à frente dos olhos do observador. É uma associação morfológica específica, singular, suficientemente homogênea para conferir individualidade a uma porção do espaço relativamente ampla. É fisionomia, composição de elementos naturais e culturais, originando um arranjo bem marcado.

Para os geógrafos, as paisagens são mais do que associações singulares de solos, rochas, plantas, animais, instrumentos e artefatos, mais do que a integração orgânica (ou quase orgânica) das formas, pois remetem a representações, sentimentos e valores, incitando leituras e percepções produtoras de simbologias.

A reflexão sobre as paisagens adquiriu grande importância e sofisticação crescente desde os trabalhos de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), com seus conceitos de *região paisagem* e de *gênero de vida*. A partir da afirmação da unidade dos aspectos físicos e humanos, La Blache estudou as diferenciações das áreas na superfície terrestre, em particular, da França, marcada pela existência de numerosos *pays*. Resultantes da interação contínua do ambiente e da cultura, os *pays* exprimiriam “um gênero de vida ligado a uma zona determinada”, associando-se, inextricavelmente, “a modos de habitação, de alimentação, de vestuário, de linguagem”. Às formas de vida, a tudo que constitui uma sociedade estável, com marcas concretas na paisagem. Conforme La Blache, o gênero de vida é “o meio social ao qual está acostumado [o habitante], o mundo de impressões e de imagens concretas que povoam suas lembranças”.⁷ Ele exprimiria “uma certa relação entre o solo [o ambiente natural] e o uso que dele fizeram os habitantes”, e, simultaneamente, constituiria “as molduras em que são formados e cimentados os hábitos e as concepções psicológicas dos habitantes”.⁸

Nessa perspectiva, os gêneros de vida fornecem as bases para os processos de regionalização, pois eles engendrariam as marcas típicas dos lugares, as unidades elementares do espaço que se articulam num todo. As regiões paisagens seriam os resultados das influências físicas, históricas e sociais, presentes nas relações do homem com o meio, isto é, o produto da operação, no espaço e no tempo, dos gêneros de vida. As paisagens representam, pois, os modos concretos do “ajuste entre o homem e o meio”.

⁶ KOTLER, U. Paisagem – uma definição ambígua. C. J. *Arquitetura: Revista de Arquitetura, Planejamento e Construção*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 12, 1976.

⁷ LA BLACHE, Paul Vidal de. Os *pays* da França. [1904]. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. (Org.). *Vidal, Vidais*. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 229-244. A citação está nas páginas 230-231.

⁸ Idem, p. 239-240.

La Blache sublinhou a força dos *pays* nas sociedades agrícolas, semi-industriais, lembrando que as regiões paisagens não persistem para sempre. Isso porque, “(...) submetidas, como todas as coisas, às leis da evolução, as divisões regionais se desfazem e se recriam seguindo as mudanças produzidas nas relações entre os humanos”.⁹ Seja como for, não há dúvida de que a noção de gênero de vida é especialmente apropriada para observar sociedades rurais e tempos mais antigos, para épocas nas quais a dispersão, até mesmo o isolamento, dominava a cena histórica. Para historicidades por assim dizer mais lentas, nas quais os níveis das trocas (materiais e simbólicas) entre populações se mostravam menores e, portanto, os localismos se faziam mais pronunciados.

Nos anos 1920-1940, influenciado pela leitura da obra de Paul Vidal de La Blache e pelo conceito (alemão) de *paisagem cultural*, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) defendeu enfaticamente a necessidade da Geografia se dedicar a estudar geneticamente o conteúdo humano do espaço. A Geografia deveria compreender os fenômenos a partir de sua espacialização, tanto no passado quanto no presente. Toda Geografia teria de ser Geografia Histórica, objetivando realizar a análise genética das paisagens e entender a interação entre as culturas e o meio no qual se reproduzem.¹⁰

O trabalho de Sauer partiu da constatação da importância da ação humana na produção e transformação da paisagem, que julgou mais significativa do que a influência do meio ambiente sobre o uso da terra. As paisagens, na perspectiva saueriana, corresponderiam aos processos de modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras humanas, como afirmou na conhecida sentença de 1925: “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”.¹¹ Segundo Sauer, na interação com o ambiente, os grupos humanos constroem modos de vida que possuem sua racionalidade específica, capaz de explicar as escolhas feitas pelos grupos no decurso do tempo. Somente o exame da história de cada grupo poderia conduzir à compreensão da racionalidade do seu particular modo de vida. Modo de vida que é expresso pela paisagem cultural. Ela é a materialização no espaço e no tempo de determinado complexo cultural que recobre uma área, cujos elementos mais visíveis são os objetos, as técnicas e os padrões da economia. Nas palavras do geógrafo estadunidense:

⁹ LA BLACHE, Paul Vidal de. A relatividade das divisões regionais. [1911]. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme. (Org.). *Vidal, Vidais*. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 277-286. A citação está na página 285.

¹⁰ SAUER, Carl Ortwin. *Hacia una geografía histórica*. Discurso a la Asociación Norteamericana de Geografía. Baton Rouge, Louisiana, Diciembre de 1940. Disponível em <http://www.colorado.edu/geography>. Acesso em 06 jun. 2019.

¹¹ SAUER, Carl Ortwin. A Morfología da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 12-74.

Paisagem cultural (...) é a versão geográfica da economia de grupo, enquanto capaz de prover a si mesma de alimentos, abrigos, mobílias, ferramentas e transportes. A expressão geográfica específica correspondente às pastagens, madeiras e minas; de um lado as terras produtivas, e de outro as moradias, oficinas e armazéns, para usar os termos genéricos.¹²

A paisagem saueriana tem materialidade e extensão, existência palpável, sendo constituída por formas e coisas integradas entre si, que apresentam funções criadoras de uma unidade orgânica. É estrutura, é morfologia. Conforme Roberto Lobato Corrêa, a paisagem saueriana é entendida na perspectiva de um quadro harmonioso:

[Ela] está expressa, por exemplo e simplificada, em um vale com suaves colinas, com campos cultivados segundo uma certa lógica, casas dispostas ordenadamente gerando padrão disperso ou concentrado, caminhos e estradas e áreas de reserva florestal. O tipo de casa e de celeiro são elementos da paisagem cultural. A paisagem para Sauer (...) era eminentemente rural, via de regra tradicional, exibindo o longo efeito da cultura e criando e consolidando uma cena rural.¹³

Mas as paisagens sauerianas não são estáticas. Elas experimentam modificações contínuas, à semelhança dos processos de sucessão ecológica. O povoamento de um território far-se-ia em estágios cultural-tecnológicos sucessivos, e essa sucessão seria imprevisível, dependente de inúmeras variáveis, sendo, portanto, contingente.

Para a reconstrução das paisagens do passado, o geógrafo-historiador de Sauer deveria adotar metodologia semelhante à do arqueólogo, contendo três dimensões: o conhecimento do terreno, isto é, do meio físico que a cultura pesquisada ocupou; o conhecimento das evidências coevas à cultura em questão; e o conhecimento do funcionamento da cultura em sua totalidade. Isso exigiria o levantamento de dados em arquivos e bibliotecas, trabalho de campo com eventuais escavações e a sistematização em mapas dos padrões no processo de povoamento e uso das áreas. Tudo com o objetivo de fazer uma viagem do presente ao passado, na qual se procura saber como a paisagem chegou a ter sua forma atual.

Marc Bloch (1886-1944), por sua vez, ao avaliar a onda de estudos regionais e de história agrária na França da primeira metade do século passado, também deu importância ao tema das paisagens locais e regionais, o que significa estudar as relações homem-meio, as características dos *pays*, regiões e territórios. Conforme Marc Bloch, a história regional

¹² SAUER, Carl Ortwin. *Hacia una geografía histórica*. Op. cit., p. 6.

¹³ CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 37-46, 2014. A citação está na página 41.

e local não se faria sem o concurso do conceito de paisagem, de *paisagem humana*. Nas palavras do fundador dos *Annales*:

Em certas de suas características fundamentais, nossa paisagem rural, já o sabemos, data de épocas extremamente remotas. Mas, para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir.¹⁴

A citação evidencia que, no olhar blochiano, a paisagem surge como fonte e, simultaneamente, como ferramenta heurística, cujo manejo possibilita ao pesquisador captar o movimento da história. O que era a paisagem no pensamento de Marc Bloch?

No conceito de paisagem humana de Bloch conviviam duas tradições distintas, que se misturavam. A primeira remete à prática dos geólogos dos séculos XVIII e XIX, que recortavam a França segundo regiões naturais. A segunda, mais jovem, reconhecia e incorporava a ação humana e suas consequências na diferenciação regional. Para Bloch, falar de região (ou de paisagem) é necessariamente falar de elementos naturais, de traços físicos e suas inter-relações. Mas também é falar de aspectos humanos, pois o homem modela a região, altera suas paisagens, acentuando ou modificando seus traços iniciais. O homem é o principal agente na formação do espaço. E, ademais, constrói representações regionais (e sobre as paisagens) compartilhadas que orientam a vivência cotidiana e possuem efeitos políticos.

A paisagem de Bloch, portanto, é concreta e simbólica, tem dimensão espacial, temporal e social. Ela não é fugaz como os acontecimentos, pois é uma estrutura que engloba eventos e conjunturas. Ela aceita mudanças, no entanto, também resiste às modificações. A paisagem é um palimpsesto, memória viva de um passado já morto. Imagem que permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. Materialização dos vínculos entre o presente e o passado. Enfim, as paisagens e as representações regionais são fatos históricos e psicológicos. Paisagens e regiões, com seus diferentes ritmos e temporalidades, conformam um mosaico regional intrincado que joga papel de relevo na multissecular formação territorial.

Lidar com as paisagens do passado – vê-se claramente no breve apanhado das reflexões de La Blache, Sauer e Bloch – é uma tarefa que concerne aos historiadores, especialmente ao “historiador regional”, tanto quanto ao geógrafo. Os primeiros têm que

¹⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 67.

admitir que fatores geográficos influem na criação de *pedaços* de história, cada um dos quais requer explicações sobre como e em que grau isso ocorre. E têm que caminhar na direção de produzir uma *história geográfica*, capaz de alimentar o diálogo entre espacialidade e temporalidade, de assentar a premissa de que as territorialidades só podem ser pensadas considerando-se, simultaneamente, espaço e tempo. Essa *história geográfica* terá que fazer a introdução de uma sensibilidade geográfica no estudo de todos os fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos, culturais, etc.

As paisagens rurais do passado mineiro na historiografia do abastecimento

Até o advento da Revolução Industrial, na virada do século XVIII para o XIX, e sua difusão pelo globo no século seguinte, as atividades agropecuárias e a produção das indústrias rurais calcadas em matérias-primas animais e vegetais, juntamente com a mineração, constituíram destacadas variáveis intervenientes na formação dos espaços regionais.

No caso de Minas Gerais escravista, a historiografia até os anos 1960 só teve olhos para o ouro e o diamante na formação do espaço da capitania e da província. O povoamento, os caminhos, as vilas e os arraiais, o aparato administrativo, tudo teria ficado na estrita dependência do movimento nas lavras. Talvez o representante mais radical desse ponto de vista foi José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900), idealizador do Arquivo Público Mineiro e autor de *Efemérides Mineiras* (1897). Na “efeméride” do 21 de abril de 1792 – um panorama inteiro da capitania, em sessenta páginas, Xavier da Veiga pontificou: “não havia agricultura senão nos mais restritos limites, razão pela qual os habitantes de Minas se alimentavam mal e pouco”.

A afirmação ecoava observações formuladas anteriormente por cronistas e historiógrafos, nos séculos XVIII e XIX. O jesuíta Antonil, na conhecida obra de 1711, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, registrou, decepcionado, diminuta agricultura de subsistência, dizendo:

(...) aqui há roças de milho, abóboras e feijões que são lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto contam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém, em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais, quanto é maior a necessidade dos que passam.¹⁵

¹⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 182-183.

Por sua vez, João Manuel de Sequeira, autor das *Memórias sobre a decadência das três capitanias de Minas e os meios de a reparar*, escrita em 1802, notou que a produção de alimentos era apenas um “mal necessário”, pois um “(...) mineiro já desesperado se passa a lavrador ou criador de gado ou erige um engenho de águas ardentes, açúcar (...)”.¹⁶

Décadas depois de Xavier da Veiga, nos anos 1950 e 1960, ainda predominava a posição segundo a qual teria havido uma contraposição entre mineração e agricultura nas Minas Gerais, isto é, a agricultura, embora presente nas regiões mineradoras, teria sido insignificante durante a maior parte do século XVIII. Em trabalho de 1951, dedicado ao abastecimento da capitania de gêneros “molhados” (alimentos) e “secos”, Mafalda Zemella (1909-1986) salientou o “desprezo [dos mineiros] pelas atividades agrárias”, fato que, somado à “aridez dos terrenos”, teria resultado na condição de que o abastecimento se fizesse por meio de importações de capitania vizinhas.¹⁷ Nas Minas Gerais, teria havido, concomitante ao ouro, apenas pequena produção de alimentos próxima aos caminhos e estalagens. E, depois da decadência do ouro, teriam os habitantes se voltado a uma agricultura de sobrevivência. João Camilo de Oliveira Torres (1915-1973), também nos anos 1950, reiterou esse ponto de vista nos termos seguintes: “os habitantes das Minas Gerais conheceram bem cedo a triste experiência de minas: ouro não serve para comer. Nunca a vida foi tão cara e a miséria tão grande como naquela época em que a produção das minas de ouro era abundante”.¹⁸

No início dos anos 1960, em *Metais e Pedras Preciosas*, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) escreveu que, “de início, [a lavoura] desperta menos vocações”.¹⁹ Depois mencionou que, após meio século de exploração aurífera, surgiram atividades novas “não menos rendosas (...) do que as próprias jazidas, uma vez que atraem, por vias diferentes, o produto delas”, entre as quais a agropecuária.²⁰ Mas, o que é decisivo, insistiu “que a terra socavada da lavra” seria imprópria para a enxada do agricultor, e que os mercados locais experimentaram penúria de gêneros agrícolas na parte final do século XVIII.²¹ No século seguinte, somente por volta de 1830 a enxada teria substituído a bateia na economia mineira.

¹⁶ Conforme BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das Minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971.

¹⁷ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

¹⁸ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 2. Ed. Belo Horizonte: Divisão Pan Americana do Livro, s/d. 3 v. A citação está no volume 1, página 43.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e Pedras preciosas*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, 2º volume. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, p. 259-310. A citação está na página 281.

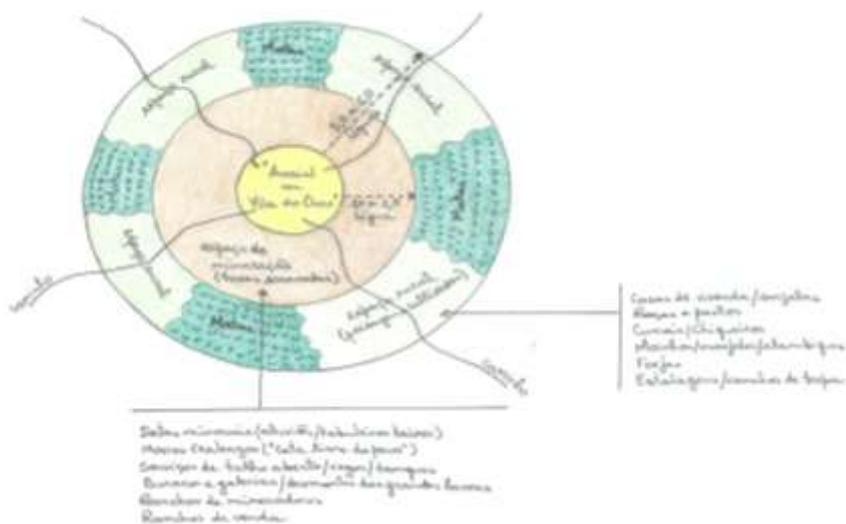
²⁰ Idem, p. 292.

²¹ Idem, p. 293.

A tomar por base a historiografia sobre Minas Gerais até os anos 1960, quais seriam as composições de elementos naturais e culturais nas zonas mineradoras? Quais as formas presentes nos ambientes modificados e/ou construídos pelos habitantes? E, especialmente, que usos os mineradores teriam dado ao espaço das lavras? A paisagem das regiões de extração do ouro e do diamante conteria numerosos núcleos urbanos, igrejas barrocas, casas de câmara e cadeia, casas de fundição, vendas e lojas, prédios do governo colonial, quartéis, registros de passagem, intrincada rede de caminhos sinuosos, ranchos de tropas, estalagens. E, é claro, nos cursos d'água e nas encostas dos morros, serviços de lavra de tamanhos variáveis. Mineradores compartilhariam o território da capitania com negociantes, prestamistas, taberneiros, soldados, tropeiros, oficiais mecânicos, músicos, pintores, barbeiros, clérigos, funcionários, advogados, médicos, boticários e uma massa variada de “desclassificados sociais”.

Nas zonas de mineração mais intensa, dominadas por “funestos serviços” de lavra, os rios se apresentariam sujeitos a desvios e represamentos, com trechos assoreados e águas turvas. Nas catas mais ricas, haveria bicames e rodas d'água, ranchos de madeira e palha para os trabalhadores; nos morros, os serviços de *talho aberto* produziram cicatrizes bem visíveis, causadas por escavações, erosões e rolamento de grandes blocos de rochas. À margem dos caminhos, durante todo o século XVIII, seriam vistas poucas propriedades rurais, com suas roças diminutas de agricultura atrasada, rebanhos minguidos e de pouca qualidade, exíguas benfeitorias (currais, moinhos, monjolos, paióis, etc.). Ter-se-ia movimento nas zonas de mineração e nas “cidades do ouro”, em contraste com a vida mofina no campo. Afinal, Minas Gerais seria uma capitania urbana e mineradora.

Trata-se do que aqui se denomina de *modelo de espacialidade segmentada* das regiões mineradoras, que se esquematiza no diagrama abaixo:

Figura 1 – Espacialidade segmentada nos sertões do ouro e dos diamantes

Fonte: Elaboração do autor.

Esta representação da paisagem mineira não resistiu, no entanto, ao avanço da historiografia ocorrido a partir dos anos 1970. Os novos traços da paisagem mineira são hoje desenhados muito mais em razão dos estudos sobre a agricultura e o abastecimento. Em linhas gerais, como ocorreu o redesenho das paisagens rurais mineiras do passado?

Nas décadas de 1970 e 1980, Maria Yedda Linhares (1921-2011) defendeu a multiplicação de estudos “ao microscópio”, conforme a expressão criada por Pierre Goubert, que fossem além da documentação tradicional e questionassem os discursos oficiais tão preocupados com as rendosas atividades de exportação. Preconizava a ampliação das pesquisas sobre o “uso e posse da terra, regimes agrários, hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), movimentos demográficos, cultivos, solos, climas”.²² As paisagens rurais do passado, em suas estruturas e dinâmicas, precisavam ser conhecidas minuciosamente.

Maria Yedda Linhares convocou os pesquisadores brasileiros a estudarem a “economia de subsistência, através de sua evolução no tempo e no espaço – expansão e retração de áreas e cultivos, a sua demografia, a organização do trabalho, o regime de posse e uso da terra e as técnicas”.²³ A descobrir como ela estimulou comércio interno, intra e inter-capitanias, do qual dependeu o abastecimento dos latifúndios e dos centros urbanos. Daí porque seria necessário, por um lado, estudar as feiras e a circulação de

²² LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combate e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 118.

²³ Idem, p. 119.

mercadorias no vasto *hinterland* brasileiro (as rotas e seus agentes, como vaqueiros e tropeiros), e, por outro lado, enfrentar o problema da gênese das formas camponesas. Nas palavras de Linhares e Silva:

é preciso esclarecer, sobretudo a partir do século XVIII, quando se adensa o povoamento, pelo menos uma questão que julgamos fundamental: a permanência do homem livre e pobre na terra e sua luta para nela permanecer, reproduzir-se e produzir excedentes, em condições sempre adversas.²⁴

No caso específico de Minas Gerais, Maria Yedda Linhares chamou atenção para um duplo fato: a) o de que o ouro escondera por séculos a “economia de subsistência” e; b) o de que a produção de abastecimento, quando aparecia, era sempre vista pelo prisma do atraso, tanto da agricultura como da pecuária.

Em novembro de 1978, numa conferência em Belo Horizonte, a convite do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, Linhares afirmou que era “óbvio que houve uma decadência e um esgotamento da mineração... O problema consiste em verificar o impacto dessa decadência (crise?) sobre o conjunto da economia (as diferentes economias) e da sociedade colonial mineira, em seus diversos níveis de articulação com outras “regiões”.²⁵ A conferência lançou explícito desafio aos pesquisadores mineiros: superar a ideia da involução de Minas Gerais no século XIX, como resultado da crise da exploração aurífera. Chegara a hora de pôr em xeque visão então dominante na história econômica, formulada por Celso Furtado (1920-2004), no clássico *Formação Econômica do Brasil*, cuja primeira edição é de 1959.²⁶ Era preciso abandonar a matriz teórica do *boom and bust*.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, uma série de trabalhos explorou a senda proposta por Linhares, procurando compreender e recriar o setor agropecuário das Minas Gerais escravista.²⁷

²⁴ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. Op. cit., p. 129-130.

²⁵ LINHARES, Maria Yedda. *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*; 20-25 nov. 1978. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais/Imprensa Oficial, 1979, p. 147-171. A citação está na página 170.

²⁶ A interpretação de Furtado pode ser resumida da seguinte forma: no século XVIII, a mineração concentrou em Minas Gerais grande contingente de cativos. Mas, à medida que o *boom* minerador refluiu, os escravos e seus senhores se dispersaram no território, dedicando-se ao setor de subsistência. Os escravos se tornaram “redundantes” ou “subutilizados”, e a economia mineira entrou em dormência, até o advento do surto cafeeiro. Então, os cativos das “áreas mineradoras decadentes” teriam sido transferidos em massa para as zonas cafeeiras. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

²⁷ Sem pretensão de ser exaustiva, aponta-se pequena lista dessas pesquisas. LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979; GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)*. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, jun. 1986; LIBBY, Douglas Cole.

Do conjunto destes trabalhos, surge imagem de Minas Gerais escravista bem distinta daquela pintada pela historiografia tradicional: uma capitania/província em que mineração, agricultura e comércio sempre estiveram articulados; economia regional diversificada e com baixa especialização; estrutura ocupacional mais sofisticada; predomínio de escravos empregados em atividades não-mineradoras; abastecimento estável em grande medida garantido pela produção agropecuária local/regional; multiplicidade de tipos de produtores rurais (camponeses, agregados, arrendatários, parceiros, fazendeiros, etc.); concentração da produção agrícola e minerária nas grandes unidades produtivas; homens de fortuna envolvidos simultaneamente com empreendimentos diversos.

Por conseguinte, as paisagens rurais mineiras do passado estavam repletas de fazendas, sítios e posses, nos quais viviam e trabalhavam proprietários e camponeses, agregados e escravos, espalhando plantações, hortas, pomares e pastos, lidando com paióis, estábulos, currais, chiqueiros, farinheiras, casas de queijo, monjolos, moinhos, engenhos, alambiques, fornos, regos e cercas. Dentro dessas unidades produtivas rurais, havia ainda atividades de transformação que ocupavam ferreiros, latoeiros, marceneiros, carpinteiros, carapinas, seleiros, fiadoras, tecelãs, santeiros, entalhadores, douradores, pintores, etc. As fazendas e as posses não ficavam isoladas, pois tropeiros, carroceiros e tocadores de rebanhos bovinos e suínos punham-nas em contato com mercados locais, regionais e inter-regionais.

Os terrenos diamantinos são desertos de areia e gorgulho?

Curiosamente, a despeito do avanço do revisionismo historiográfico, permanece a visão dos espaços de garimpo como enclaves exclusivamente mineradores, repletos de numerosos e densos acampamentos de “escavadores da terra”, a alguma distância dos quais se instalam atividades econômicas que aproveitam o forte e líquido mercado consumidor composto pelos garimpeiros e faiscaidores. Esta imagem de que os mais ricos terrenos minerais não constituem elemento das paisagens rurais cultivadas – especialmente quando se pensa na antiga Demarcação Diamantina, em Grão Mogol, em Itacambira e na Bagagem – aderiu solidamente ao imaginário dos brasileiros, de ontem e

Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1994; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Gerais setecentistas.* São Paulo: Annablume, 1999; MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas.* Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000.

de hoje. Constitui um lugar comum historiográfico, cujos pés estão fincados nos relatos antigos.

Em relato publicado originalmente no ano de 1812, o mineralogista inglês John Mawe (1764-1829) se referiu à zona mineradora entre Serro e Diamantina nos seguintes termos:

Ao fim do dia alcancei uma eminência, da qual avistei um grupo romântico de casas, semelhantes a um labirinto ou a uma cidade negra da África. Descemos a colina, e nos aproximamos do lugar, já noite fechada. Conduziram-me à casa maior que as outras; soube que estava em São Gonçalo, a primeira exploração de diamantes que se encontra no Serro Frio. Encontra-se, há algum tempo, em declínio e emprega cerca de duzentos negros. No dia seguinte, antes de deixar este local romântico, consagrei algum tempo ao exame de montões de detritos contíguos à exploração de diamantes. Tendo-me despedido do administrador, avancei por uma região montanhosa, estéril e fracamente habitada.²⁸

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), em fins dos anos 1810, enfatizou o aspecto desolado e caótico das zonas de mineração. Ele escreveu que os garimpeiros do Tijuco, “como os mineradores dos arredores de Vila Rica, (...) atulhavam o leito dos riachos com o resíduo das lavagens e para se achar o cascalho é agora preciso remover espessa camada de areia e pedras”.²⁹ Ao visitar os onze serviços próximos a Currálinho, no Ribeirão do Inferno, anotou: “os revolvimentos e a desordem causados pelos trabalhos necessários à extração dos diamantes emprestam a esses lugares um aspecto ainda mais agreste e selvagem”.³⁰ Ao aproximar-se do Serro, vindo da área central da capitania, o naturalista francês enfatizou o aspecto desolado daquela zona mineradora, escrevendo:

Situada a oeste da grande cadeia, e a pequena distância dela, toda a região que se estende até a Vila do Príncipe é ainda montanhosa, e as florestas, que a cobriam outrora, deram lugar, em muitos pontos, a imensas pastagens de capim gordura. Não se vislumbra, por assim dizer, o menor sinal de cultura; por toda a parte tem-se sob os olhos o aspecto do deserto, e muitas vezes, o do abandono.³¹

Mawe e Saint-Hilaire perceberam as áreas de extração diamantífera como espaços nos quais sobressaíam elementos como arraiais provisórios, baixa densidade demográfica, pouca atividade agrícola e certo aspecto de abandono. Não é exatamente isso que evoca a

²⁸ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944, p. 210-211.

²⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p. 22.

³⁰ Idem, p. 36.

³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 255.

fotografia abaixo, de Augusto Riedel (1836-?), datada de 1868, na qual se vê a Lavra do Barro, situada em São João da Chapada?

Figura 2 – Lavra do Barro do Comendador Felisberto de Andrade Brant, 1868



Fonte: Fotografia de Augusto Riedel, 1868. Biblioteca Nacional.

As descrições de Saint-Hilaire e a fotografia de Riedel, separadas por mais de cinquenta anos, associam aos grandes serviços de lavra elementos fisiográficos como crateras profundas, montes de terra, montões de cascalho, terrenos arruinados desprovidos de cobertura vegetal, circundados por campos de capim gordura, samambaias, fetos e sapé de caule duro.

Qual o peso da mineração de diamantes na Diamantina oitocentista? Citando relatório de 1840 da Junta Diamantina ao Presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim Felício dos Santos escreveu:

Cumprе observar que além da numerosа população, que tira sua subsistência imediatamente da mineração, um número muito mais considerável a obtém indiretamente. Sem falar na classe do comércio, que põe em giro neste país avultada soma de capitais, a agricultura não tem outro fiador, que não seja a mineração; e o município da Diamantina consome, além de seus próprios produtos agrícolas, o excesso de produção que superabunda no município do Serro, habitado por mais de 100 mil

almas, e consideráveis exportações de outros municípios limítrofes, como os de Formigas [Montes Claros], Curvelo e Minas Novas.³²

Não há dúvida que essa atividade representava o setor dinâmico da economia regional, mostrando-se bastante animado. Conforme Joaquim Felício dos Santos, referindo aos anos 1860, “não existe nesta demarcação córrego algum cujo leito esteja por se lavar, e uma grande parte da mineração atual consiste em aproveitarem-se os resíduos deixados pelos antigos contratadores e administrações, que (...) deixaram restingas ainda virgens”.³³ A partir dos registros da Administração dos Terrenos Diamantinos, nos anos 1860-1870 as principais áreas de extração de diamantes eram: rio Pardo Pequeno, Caldeirões, Jequitinhonha, córrego do Quilombo, Bambá, Serrinha, Datas, riacho das Varas, rio das Pedras, Caetemirim e Mendanha. No período 1861-1867, havia 2.447 matrículas de terrenos de arrendamento de lavra.³⁴

Nessa época, as estimativas dos trabalhadores diretamente envolvidos nos serviços de lavra giram em torno de 19,5 mil pessoas.³⁵ Conforme José Moreira de Souza, a distribuição (em porcentagem) dos grupos de ocupação no distrito sede de Diamantina era, no ano de 1832, a seguinte: profissionais liberais, 9,7%; comércio, 27,9%; lavras (mineradores), 41,3%; lavoura (agricultores), 2,0%; e manuais (artesãos, oficiais mecânicos, etc.), 12,4%. Em 1876, os mineradores ainda lideravam folgadoamente os grupos de ocupação, com 32,0%; seguiam-se os ocupados com comércio, 27,7%; com serviços manuais, 21,6%; profissões liberais, 11,8%; empregados na indústria, 6,2% e, finalmente, os agricultores, com apenas 0,8%.³⁶

Como eram distribuídos os terrenos diamantinos no município? A resposta é bem esboçada quando se examina o livro da Fazenda Pública que contém cerca de 750 registros de lotes arrendados em Diamantina no período 1875-1890. Os pequenos lotes perfaziam 59,5% do total; os médios lotes representavam 24,0%, ao passo que os grandes terrenos diamantinos constituíam 16,5% dos registros. 74,6% dos titulares possuíam apenas um arrendamento; 23,0% dos titulares possuíam dois ou três arrendamentos, enquanto apenas 2,4% dos titulares tinham quatro ou mais concessões minerárias.³⁷ E, a julgar pelos

³² SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 394-395.

³³ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. *Op. cit.*, p. 403.

³⁴ Ver MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a administração geral dos terrenos diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 129-163, jul./dez. 2012.

³⁵ Também conforme MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a administração geral dos terrenos diamantinos. *Op. cit.*, p. 142.

³⁶ Dados tirados de SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos*. Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993, p. 122.

³⁷ Conforme MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a administração geral dos terrenos diamantinos. *Op. cit.*, p. 144. Os pequenos mineradores eram aqueles que possuíam lotes de até 3 hectares e

indícios disponíveis – testemunhos de antigos garimpeiros e estudos sobre o garimpo manual e semi-mecanizado –, a produção dos milhares de pequenos mineradores (garimpeiros e faiscaidores) representou metade do volume total dos diamantes extraído na região.³⁸ Isso significa que também a produção das gemas preciosas era bastante concentrada nos grandes empreendimentos mineradores, a exemplo da famosa Lavra do Barro, situada em São João da Chapada, visitada pelo Barão Tschudi em 1858: uma sociedade organizada para explorar 21.770 braças de terra, numa cata de 60 pés de profundidade, ocupando 120 negros, que retiravam, em média, durante a estação das chuvas, quatro mil quilates de diamantes.³⁹

Em termos práticos, portanto, as médias e as grandes catas diamantíferas, embora pouco numerosas, ocupavam parte significativa da força de trabalho do setor, respondiam por metade do volume extraído e tinham capacidade de produzir alterações de monta nas paisagens. Elas foram destacadas formadoras da fisionomia regional. Razão pela qual, mais adiante, este trabalho se concentrará na análise de sua espacialidade.

A propósito da agricultura no interior do Distrito Diamantino, Aires da Mata Machado Filho (1909-1985), referindo-se a São João da Chapada nos anos 1930, escreveu que “a paixão lúdica da mineração empolga a todos os habitantes, teimosos mineradores”.⁴⁰ Antes dele, na década de 1860, Joaquim Felício dos Santos, como citado logo acima, sugeriu que a maior parte do abastecimento de Diamantina provinha de outros municípios do vasto Norte mineiro, com destaque para o Serro, Minas Novas, Montes Claros e Curvelo. Mais atrás, o mineralogista José Vieira Couto (1752-1827), em memória redigida no ano de 1799, queixou-se de que, ao passo que o solo da Comarca de Sabará é “de uma terra vermelha, pesada e fértil”, o da Comarca do Serro é “um chão arenoso e coberto de um pedregulho”; por conseguinte, enquanto na primeira comarca os habitantes poderiam se equilibrar entre agricultores e mineradores, na segunda isto seria impossível. Conforme suas palavras, “(...) habitando um terreno agro, frágil e estéril, a maior parte

pagavam, em 1868, impostos anuais de 10\$000; os médios mineradores possuíam lotes entre 5 e 10 hectares, pagando entre 10\$000 e 20\$000; os grandes mineradores possuíam lotes acima de 10 hectares e pagavam mais de 20\$000 anuais em impostos.

³⁸ Para os depoimentos de antigos garimpeiros, ver MARTINS, Marcos Lobato. Identidades sociais e ação coletiva: o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FAFICH-UFMG, Belo Horizonte, 1997. Sobre o garimpo manual e semi-mecanizado em Diamantina, ver SCLiar, Cláudio. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 65-75, 1995.

³⁹ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006, v. 2, p. 128-131. Para ter ideia da riqueza dessa grande lavra, assinala-se que a média anual de exportações de diamantes mineiros pelo porto do Rio de Janeiro, entre 1854 e 1861, teria sido de 107.256 quilates, conforme SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, Campinas, n. 17, jun. 1985, p. 78.

⁴⁰ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985, p. 33.

de seus moradores [do Serro Frio] serão sempre mineiros, ou esta Comarca será enfim mais despovoada”.⁴¹ E ainda antes de Vieira Couto, o militar português José Joaquim da Rocha (1740-1804), na longínqua década de 1780, relatou que, no Arraial do Tijucu, “a terra é de pouca produção, por ter falta de águas, ainda que os seus habitantes sejam providos de tudo que é necessário para o seu sustento, por haverem socorros de outras partes, que com muita abundância concorrem a vender àquele lugar”.⁴²

As atividades agropecuárias na antiga Demarcação Diamantina não passaram despercebidas aos viajantes estrangeiros que a percorreram no século XIX. No entanto, eles assinalaram somente o fato corriqueiro de que alguns donos de lavras possuíam fazendas, às vezes distantes das catas, de onde traziam mantimentos para os homens empregados nos serviços de mineração.⁴³ Georges Gardner (1812-1849), por exemplo, que visitara o antigo Tijucu no ano de 1840, vindo do norte, passando por Montes Claros e Bocaiúva, relatou que, no lugar chamado Vassouras e Areias, nas margens do rio Jequitinhonha, havia “uma das maiores minas de diamantes, se não a maior, então em funcionamento neste distrito”. A lavra pertencia ao Capitão José de Almeida e Silva, e

como não havia nenhuma grande árvore sob a qual nos pudéssemos abrigar, dirigi-me à casa do capitão, que era quem mais provavelmente poderia dar-nos acomodações durante o curto tempo que pretendíamos permanecer aqui. (...) Cerca de uma hora depois de nossa chegada veio de uma das suas fazendas uma tropa de mulas com provisões para os escravos; e logo depois recebi um presente de frutas mandadas pelo proprietário, um cesto de ótimas laranjas e outro de jabuticabas.⁴⁴

Observe-se que a descrição de Gardner repousa no marco imagético delineado por Saint-Hilaire: a grande lavra de diamantes como espaço arruinado, desértico, sem árvores grandes, tomado por cascalhos e areia, em que ficavam de pé somente os ranchos dos mineradores e a casa do proprietário.

Nem o trabalho de Júnia Ferreira Furtado, no qual se lê que, na Demarcação Diamantina, “outras atividades, além das relacionadas diretamente à mineração, continuaram existindo e forneceram importantes fontes de sobrevivência, como o

⁴¹ COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais: território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: SEP/FJP/CEHC, 1994, p. 53-54.

⁴² ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SEP/FJP/CEHC, 1995, p. 133.

⁴³ Exceção notável é o Barão de Eschwege, que escreveu sobre certas minas: “devido ao isolamento em que se achavam, poucos escravos não se dedicavam sem interrupção ao serviço das lavras, mas ocupavam-se igualmente do amanho da lavoura e de outros misteres domésticos, que reclamavam por igual o seu concurso”. ESCHWEGE, Wilhelm L. von. [1833] *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922, p. 467-468.

⁴⁴ GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 203.

comércio, a agricultura e a pecuária”,⁴⁵ nem o belo e rico trabalho de José Newton Coelho Meneses, talvez porque lidou mais com propriedades rurais situadas fora do território da Demarcação Diamantina, conseguiram modificar substancialmente a representação dos terrenos pertencentes às unidades mineradoras como paupérrimos em lavouras e criação de animais.⁴⁶

Da mesma forma, o artigo de Marcos Lobato Martins, intitulado *Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717-1820*, chegou à conclusão de que, no arraial do Tijuco, os interesses agrários não teriam deitado raízes profundas, ancorados em poderosa camada de proprietários rurais residentes no núcleo urbano. Ele escreveu:

Diferentemente do que acontecia na Vila do Príncipe, os habitantes do Arraial do Tijuco tinham ocupações eminentemente “urbanas”. (...) Neste sentido, há um diferencial entre o Tijuco e outros centros urbanos da Capitania – São João del Rei, Sabará, Mariana e mesmo Vila Rica, por exemplo – nos quais existia maior presença de interesses agrários consubstanciados numa poderosa camada de fazendeiros.⁴⁷

No entanto, vale salientar que Martins notou duas coisas importantes. A primeira foi o fato de que, a partir de 1736, além do aumento do número de cartas de sesmarias concedidas dentro da Comarca do Serro Frio, algumas dessas concessões ocorreram dentro da Demarcação Diamantina, em lugares como Caeté-Mirim, Paraúna, Gouveia e margens do Jequitinhonha.⁴⁸ A segunda é o fato de que as próprias cartas de sesmarias indicaram a contiguidade das atividades agropastoris e minerárias, porque nelas, além das condições de praxe que a Coroa impunha ao sesmeiro, aparecia outra, que era a seguinte:

⁴⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde*. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996, p. 115-116.

⁴⁶ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000. Neste trabalho, o autor dedicou-se especificamente a estudar “as estruturas mínimas da vida econômico-social do produtor de alimentos” na Comarca do Serro Frio, no período entre os anos 1760 e 1810, com base, principalmente, em testamentos e inventários guardados em arquivos das cidades do Serro e Diamantina. Grosso modo, a Demarcação Diamantina abarcava a região em torno do Arraial do Tijuco e de outros arraiais e povoados vizinhos a ele, como Gouveia, Mendanha, Rio Manso, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras, Extração (Curralinho), Sopa, Chapada (São João da Chapada), Inhaí e outros.

⁴⁷ MARTINS, Marcos Lobato. *Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717-1820*. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 45-58, 1999. A citação está na página 56. Este artigo foi baseado no exame de inventários do período 1785-1827 guardados no acervo do Cartório do 1º Ofício de Diamantina, e em cartas de sesmarias concedidas para a Comarca do Serro Frio entre 1711 e 1760 (publicadas na Revista do Arquivo Público Mineiro, RAPM).

⁴⁸ Por exemplo, respectivamente, a sesmaria obtida pelo dr. Alberto Luis Pereira (RAPM, ano XIX, 1921, p. 422), a do capitão Francisco Machado Meirelles (RAPM, ano XIV, 1909, p. 21), as de Domingos de Mello e Abreu (RAPM, ano VI, 1901, p. 1193) e João Miranda (RAPM, ano VI, 1901, p. 1219), e a do alferes Victoriano da Rocha de Oliveira (RAPM, ano III, 1898, p. 795).

[O proprietário] não consentindo negros fugidos a minerar nem qualquer outra pessoa que se presume onde furtivamente extraindo diamantes e achando algum buraco ou sinal nas ditas terras por onde se venha no conhecimento de que se faz experiência irá logo dar parte na Intendência dos Diamantes do que se achar de novidade e ficando distante dela ao cabo da patrulha que estiver mais vizinho para se mandar averiguar quem seria o transgressor da real proibição.⁴⁹

A produção nas grandes “fábricas de minerar”: diamantes e mantimentos

Vale assinalar que, nas últimas duas décadas, está em curso processo de renovação historiográfica no campo da história da mineração. Estudos recentes se debruçaram sobre o funcionamento dos empreendimentos mineradores, enfatizando as dimensões relacionadas ao seu cotidiano produtivo (especialmente os saberes disponíveis e as técnicas empregadas) e aos conflitos sociais em torno das atividades minerárias.⁵⁰ Ao examinarem a racionalidade típica dos serviços de lavra nas Minas Gerais escravista, revelaram que: a) as catas empregaram métodos e técnicas similares aos processos coevos existentes na Europa e nos domínios hispano-americanos até as primeiras décadas do século XIX, algo que se deve não apenas à longa prática da mineração no Reino de Portugal, mas também à circularidade de saberes na Europa; b) os mineradores não desconheciam os impactos da exploração de ouro e diamantes sobre o ambiente e propuseram medidas para minimizar esses efeitos, especialmente no que concerne ao uso das águas e das madeiras, de modo que Minas Gerais também foi palco de intenso debate sobre o modo de regulamentar o uso dos recursos naturais pelas atividades econômicas, ecoando enraizada tradição legislativa reinol.

Dessa forma, coloca-se em xeque o “mito do caráter rudimentar da mineração”, que teria sido realizada ao acaso e irrefletidamente, em contexto de ausência de preocupação normativa com a conservação dos recursos naturais. E mais ainda: indica-se que vieses diferentes podiam ser notados na atuação da Coroa e da administração local, a primeira orientada precipuamente pelo imperativo da continuidade da exploração minerária,

⁴⁹ MARTINS, Marcos Lobato. *Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio*. Op. cit., p. 49.

⁵⁰ Por exemplo, GONÇALVES, Andréa Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 2. REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. MARTINS, Marcos Lobato. A mineração de diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 129-163, 2012. SOUZA, Tânia Maria F. de; REIS, Liana. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Técnicas de trabalho nos serviços diamantíferos e sociabilidade na demarcação diamantina. Disponível em www.humanas.ufpr/portal/cedope/files/2011. Acesso em 17/12/2013.

enquanto a segunda abriu-se amiúde para ouvir os pleitos de mineradores, agricultores e pessoas que exerciam outras atividades nas Minas. Do choque destas orientações teria resultado, aqui e ali, distâncias entre as leis e as práticas, e a incorporação de normas costumeiras dos garimpeiros à legislação específica baixada pelo governo.⁵¹

Para além da análise e interpretação das representações coevas, do estudo da trajetória da mineração do ouro e do diamante nas Minas Gerais em termos das lógicas historicamente circunscritas dos atores, *vis-à-vis* o quadro mais amplo das motivações culturais pertinentes a uma sociedade e tempo específicos, não caberia elaborar avaliações intertemporais de alguma espécie sobre os efeitos das atividades econômicas e das ações dos sujeitos históricos? Uma compreensão mais nuançada e complexa dos processos ambientais não pode lançar os historiadores no terreno de um relativismo paralisante e politicamente amorfo. Vale refletir sobre as palavras de Gilmar Arruda:

todos impactam sobre a natureza, desde os indígenas, os cafeicultores até os industriais. A diferença está no grau de devastação. Descuidando-se dessa questão importante, os historiadores imprimem um caráter negativo, sem diferenciação, a todas as relações pretéritas entre o homem e a natureza. O que resulta dessa perspectiva é uma despolitização da própria questão ambiental.⁵²

Não há dúvida de que a mineração manual, realizada ininterruptamente ao longo de séculos por milhares de trabalhadores, produziu efeitos significativos sobre o ambiente em diversas regiões mineiras. Essas cicatrizes permanecem bem visíveis ao observador atento que percorre a região de Diamantina. Mas a questão em discussão não é esta, e sim a da formação de paisagens pelo garimpo.

A análise da documentação cartorial oitocentista referente aos serviços de mineração de diamante lança luz sobre esta questão. Na verdade, ela coloca em xeque, senão no todo, pelo menos em parte, a representação imagética consagrada das grandes lavras, como aquela da fotografia de Augusto Riedel. As informações sobre as grandes lavras encontradas especialmente nos inventários e escrituras foram lidas com a intenção de recolher pistas sobre sua espacialidade, na perspectiva das teorias das paisagens de Carl

⁵¹ Ver, por exemplo, CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza política das minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. E REZENDE, Dejanira Ferreira de. Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2013.

⁵² ARRUDA, Gilmar. Prefácio. In: MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 11.

Sauer e Marc Bloch, brevemente apresentadas na primeira seção deste artigo.⁵³ Exploração muito mais qualitativa do que quantitativa, preocupada com o arrolamento preliminar de elementos materiais constituintes das paisagens nas maiores unidades de catas diamantíferas.

Sauer chegou a oferecer um roteiro sistemático de pesquisa de “história cultural no espaço”, para compreender a constituição e a dinâmica de um modo de vida funcional e coerente que predomina numa determinada área. Atentar para as linhas de comunicação, os locais de habitação, as zonas destinadas à produção, os tipos e a distribuição dos artefatos, as formas técnicas vinculadas à produção e ao transporte, os padrões dos cultivos agrícolas, o plano dos povoados.⁵⁴ Bloch, por sua vez, embora mais sensível às dimensões políticas e simbólicas das paisagens, também indicou que o estudo de determinado “cantinho de terra” devia ver as glebas (a posse e a propriedade, os regimes agrários, os usos dos solos, as formas de exploração), os caminhos (as estradas, os meios de circulação, a mobilidade da população), a vegetação, as casas (aldeias, casas isoladas, as cercas, as técnicas construtivas), a aldeia enquanto grupo, a vida religiosa e a mentalidade, as ligações com o mundo exterior, etc.⁵⁵

O que a documentação compulsada permitiu ver da paisagem nas grandes lavras? Quais traços de atividades humanas? Que tipos de construções, casas, benfeitorias, ranchos? Que organização do terreno para aproveitamento das águas, das matas e dos campos? Máquinas e instrumentos de trabalho? Cercas e valas? Animais de criação e roças? Enfim, o que havia de elementos materiais conformando as maiores unidades mineradoras?

Alguns exemplos, concernentes principalmente à segunda metade do século XIX e às primeiras décadas do século XX, são suficientes para mostrar que muitas catas se apresentavam como verdadeiras “fábricas” de pedras preciosas e de mantimentos. Pede-se licença aos leitores para abusar um pouco da descrição, tendo em vista o objetivo central do artigo.

O inventário do minerador Martinho Alves Chaves, residente no Tijuco, datado do ano de 1808, trouxe as informações de que ele fora senhor de 24 escravos, dois sobrados

⁵³ No caso dos inventários, utilizou-se uma amostra de 67 documentos, concernentes ao período 1798 a 1924, dos quais 44 (65,67%) são de inventariados envolvidos com exploração de garimpos, e, dentre estes, 26 (59,09%) contêm registros de lavras combinadas com atividades agropecuárias num mesmo sítio. Vale assinalar que os garimpos arrolados nesta amostra de inventários estavam dispersos em todos os distritos que circundavam Diamantina: Curralinho (Extração), Datas, Gouveia, Guinda, Mendanha, São João da Chapada e Sopa, num círculo de até seis léguas da sede municipal.

⁵⁴ SAUER, Carl O. *Hacia una geografía histórica*. Op. cit.

⁵⁵ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 196-260.

situados no arraial e de duas lavras de ouro. Na Lavra dos Cristais, a pouco mais de duas léguas do núcleo urbano, havia casa de vivenda, senzala, rego d'água e roças. Na Lavra da Sentinela, aproximadamente a uma légua do Tijuco, havia rancho de capim e sem senzala e um capão de matos sem qualquer cultivo.⁵⁶

Em 2 de dezembro de 1864, Bernardino Fernandes da Silva vendeu o serviço de mineração que tinha na Lavra do Barro, em São João da Chapada, no lote concedido a dona Maria Antônia de Amorim, ao minerador João Fernandes da Costa Pereira Carreira, pela quantia de dois contos de réis. A lavra possuía uma casa coberta de telha, pequeno curral, moinho, pasto, roças de mandioca, cana e milho, um canal de água da serra e cava com profundidade de oito metros.⁵⁷ Vale destacar que a presença de roças em uma determinada porção da Lavra do Barro não combina perfeitamente com os traços paisagísticos salientados na foto de Riedel.

A Lavra da Perpétua, com 20 mil braças quadradas, de propriedade de Rodrigo de Souza Reis, o minerador mais rico de Diamantina, ficava dentro de pequena fazenda a poucos quilômetros da cidade. Nela, havia, em 1872, uma casa coberta de telhas, uma casa de capim, um moinho de capim, um moinho muito bom, um pasto fechado por valas; treze porcos com dois capados, quatro bestas, sete bestas de cargas, um cavalo, um burro de sela, cinco burros de carga e dez cabeças de gado; duas rodas de mineração e uma máquina de cauda a vapor e seus pertences. A escravaria do proprietário somava 72 escravos, dos quais 58 eram mineradores, 2 ferreiros, 2 cozinheiros, 1 carpinteiro e 1 roceiro.⁵⁸ Também havia uma pequena tropa de muares, presumivelmente utilizada para levar à cidade produtos agrícolas e dela trazer mantimentos e suprimentos de mineração (ferro, pregos, parafusos, vergas de aço, tábuas para bica, etc.).

Os negócios do major Francisco Gomes Ribeiro, falecido em 1865, fornecem outro exemplo eloquente. As bases de sua fortuna foram a agropecuária, a mineração e o comércio de escravos. Possuía duas fazendas, a do Catone (sita em Curimataí, no sertão), e a do Caeté-Mirim (localizada no distrito minerador de São João da Chapada). Na primeira, havia casa, paiol, engenho novo, moinho novo, tenda de ferreiro, engenho velho, moinho velho, chiqueiro e casas menores, com terras avaliadas em sete contos de réis. Na segunda, havia casa sede, casas pequenas, senzala, paiol, casa de arreios, casa de farinha, moinho, engenho, monjolo e terras avaliadas em 1:800\$000.⁵⁹ As plantações na Fazenda Caeté-

⁵⁶ Inventário de Martinho Alves Chaves. Cartório do 1º Ofício, 1808, maço 53. Biblioteca Antônio Torres (BAT). IPHAN-Diamantina.

⁵⁷ Escritura de venda de lavra, Livro de Notas n. 14, Cartório do 1º ofício, 1864, maço 41, fls. 11-12v. BAT.

⁵⁸ Inventário de Rodrigo de Souza Reis, Cartório do 2º Ofício, 1872, maço 286. BAT.

⁵⁹ Prestação de contas de Francisco Gomes Ribeiro, Cartório do 1º Ofício, maço 188, 1867, fls. 724 e 724v. BAT.

Mirim, com suas respectivas avaliações, eram as seguintes: canavial grande (1:000\$000), canavial menor (100\$000), mandiocal (20\$000), roça de milho (480\$000), roça de arroz (154\$000) e uma roça de feijão (180\$000). E nela estavam armazenados 20 carros de milho (120\$000) e 30 alqueires de mamona (30\$000).⁶⁰ Conforme seu sobrinho inventariante, dr. Luís Gomes Ribeiro, o rico major, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, deixou os seguintes bens:

Tabela 1 – Bens do inventário do major Francisco Gomes Ribeiro, 1867

Bens que ficaram	Valor (em réis)
Ouro e prata	1:450\$000
Móveis	1:646\$230
Muares	1:090\$000
Suínos	235\$500
Gado vacum (deduzidos os vendidos por causa de dívida)	268\$000
Mantimentos	2:264\$000
Escravos (46, após a venda de 38 para pagamento de dívida)	27:480\$000
Bens de raiz (deduzidos os da cidade, vendidos por dívida do casal)	25:300\$000
Dívidas ativas	50:810\$000
Dívidas passivas	29:128\$414
Total do espólio	119:059\$000

Fonte: Prestação de contas de Francisco Gomes Ribeiro, Cartório do 1º Ofício, maço 188, 1867. BAT.

Na Fazenda do Caeté-Mirim, o major explorava catas de diamante, situadas na cabeceira do rio, a pouco mais de um quilômetro a oeste da casa sede. Essa atividade é mencionada no documento transcrito abaixo:

Diz Dona Ana Teresa Gomes Ribeiro, inventariante e cabeça de casal que, tendo de se proceder a partilhas dos bens deste quer adir ao inventário seus rendimentos desde 1865, em que faleceu seu marido o sr. Francisco Gomes Ribeiro, na importância de 8:562\$645 líquido de 11:114\$666 do qual (...) foram deduzidas as despesas de funeral, custas do inventário, medicamentos e vestuário dos escravos, pagamento de pequenas quantias, impostos sobre engenho e arrendamento de lavras (...) Diamantina, 15 de maio de 1867.⁶¹

Além de catas na Fazenda do Caeté-Mirim, o major Francisco Gomes Ribeiro explorava serviço de mineração nas proximidades do povoado da Chapada, como mostra o documento de 17 de julho de 1868:

⁶⁰ Prestação de contas de Francisco Gomes Ribeiro, Cartório do 1º Ofício, maço 188, 1867, fl. 726v. BAT.

⁶¹ Prestação de contas de Francisco Gomes Ribeiro, Cartório do 1º Ofício, maço 188, 1867, fl. 689. BAT. Grifos do autor.

Diz Maria Agostinha da Silva que, pelo documento junto mostra ter havido entre a suplicante e o senhor major Francisco Gomes Ribeiro contas onde aquele finado ficou lhe restando a quantia de 70\$000 pela razão seguinte: tendo a suplicante em poder do mesmo finado seus escravos, como praça, por conta e lucro da suplicante, no serviço que o dito finado fez no Córrego do Ouro.⁶²

Ainda na seara da mineração, o major Francisco Gomes Ribeiro integrou a Sociedade do Barro, que explorava uma lavra riquíssima nas cercanias de São João da Chapada. Os demais sócios eram o comendador Felisberto Ferreira de Andrade Brant, João da Silva Maia, Dr. Antônio Augusto Machado e Dona Maria Antônia Correia Dó (com seu filho e genro). Nos anos de 1855-1856, conforme o livro da sociedade, a relação da lavagem do Barro foi a seguinte: a) total extraído: 71:963\$373 rs; b) despesas: 8:635\$987 rs; c) comissão de 5% do diretor: 3:166\$369 rs. No biênio em que operou a sociedade, o lucro líquido alcançou 60:162\$914 rs. Na liquidação da sociedade, a parte que coube ao sócio Francisco Gomes Ribeiro ficou em 10:435\$610 rs.⁶³ Ao se desligar da Sociedade do Barro, o major continuou alugando escravos para os serviços de lavra conduzidos pelo Comendador Andrade Brant.

A presença de escravos roceiros, tropeiros, ferreiros e carpinteiros nas lavras, como na Perpétua e no Caeté-Mirim, deveria fazer os historiadores problematizarem os trabalhos agrícolas e artesanais necessários à faina garimpeira. Estes escravos faziam, de fato, parte da lavra? Foram considerados o mesmo tipo de trabalhador e ocuparam posições hierárquicas comparáveis às dos “catiadores”? Seus espaços de produção dentro do território da lavra tiveram limites bem definidos e designações específicas? Efetivamente, o que eram esses espaços de ranchos de tropa, roças, currais/pastos e oficinas no interior das grandes lavras? Talvez espaços de domesticidade e convívio tão essenciais ao grupo garimpeiro como necessário ao abastecimento e operação da “fábrica de diamantes”. Atentar para isto não é o que Marc Bloch entendia como observar “as imagens vivas dos fatos locais” e “ver a paisagem com todos os traços da atividade do homem”?⁶⁴

Em 1875, o Conselheiro João da Mata Machado fundou, na Fazenda da Formação, nos subúrbios da cidade, uma “fábrica de lapidação”, com 12 rodas. Nessa propriedade, havia garimpo de diamantes e atividades agropecuárias: roças de milho, mandioca, cana, feijão, pomares, criação de galinhas, porcos e bois. Uma pequena tropa conduzia a

⁶² Prestação de contas de Francisco Gomes Ribeiro, Cartório do 1º Ofício, maço 188, 1867, fl. 60. BAT.

⁶³ Traslado dos autos entre partes. Cartório do 1º Ofício, maço 122, fls. 08-12v. BAT.

⁶⁴ BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. *Op. cit.*, p. 205.

produção excedente para a cidade. Em 1915, a Formação foi adquirida por José Neves Sobrinho, proprietário da “Casa Cruzeiro do Sul” e comprador de diamantes. A lapidação foi ampliada, passando a operar com 36 rodas. Instalaram-se luz elétrica e telefone, em 1919. Em 1930, a Formação era fornecedora regular do Seminário Arquidiocesano de Diamantina e do 3º Batalhão da Força Pública de Minas Gerais.⁶⁵

De dimensões mais modestas, a Lavra das Almas pertencia ao Tenente Coronel Alexandre Gomes da Silva Chaves, e produziu mais ouro do que diamante. Ficava situada em São Miguel e Almas, no município do Serro, e contava, em 1878, com terras de cultura, campos de criar, casa de capim e casa de moinho.⁶⁶ A escravaria desse senhor somava 21 cativos, sendo 10 mineradores, 1 sapateiro e 1 ferreiro.⁶⁷

Vale assinalar que o garimpo de diamantes coexistiu também com atividades fabris, como mostram os casos da Fábrica de Tecidos de São Roberto (distrito de Gouveia) e da Perpétua (distrito do Guinda).

Fundada, em 1887, por iniciativa de Quintiliano Alves Ferreira, fazendeiro, minerador e comerciante de diamantes, a Fábrica de Fiação e Tecidos São Roberto situava-se na Fazenda da Cachoeira, onde havia, em 1898, terras de cultura e de criar, garimpo, edifício da fábrica, um moinho reputado dos melhores do município, casa grande de escritório, depósito de tecidos, dois depósitos de algodão, duas casas para diretores, um armazém, um rancho de tropas, uma oficina de ferreiro, vinte e cinco moradas para operários e 46 teares.⁶⁸ Quando a fábrica enfrentava falta de material, principalmente de algodão, havendo paralisação mais longa dos trabalhos, a crise era superada por meio da concessão temporária de garimpos nas terras da fazenda para alguns funcionários. O que eles tiravam desses garimpos era o que lhes servia para o sustento, pois a fábrica não pagava salários durante a crise.⁶⁹

A Fábrica de Tecidos da Perpétua, pertencente à firma Oliveira Neves & Cia., fundada em 1893, pertenceu a irmãos portugueses residentes em Diamantina, vinculados ao comércio de ouro e diamantes e à confecção de joias. A fábrica, modesta (18 teares), produziu casimiras inglesas. Compreendia o edifício da fábrica, dormitório das operárias, casa de telhas com cômodo de negócios, depósito de panos, cômodo para tropas, duas casas para operários, um moinho, um rancho de capim e parte de terras na Fazenda

⁶⁵ MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço/FAPEMIG, 2014, p. 96-104 e p. 115-117.

⁶⁶ Inventário de Alexandre Gomes da Silva Chaves, Cartório do 1º Ofício, 1878, maço 8, fl. 164v. BAT.

⁶⁷ Relação n. 1152 e n. 1227 dos escravos pertencentes ao Ten. Cel. Alexandre Gomes da Silva Chaves, de 14 de setembro de 1872. Cartório do 2º Ofício, Documentos diversos, maço 298.23. BAT.

⁶⁸ Registro da ata da assembleia de Alves, Ribas, Ribeiro & Cia., Livro de Notas n. 22, 1894, maço 43, fls. 22v-24. BAT.

⁶⁹ MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina*. Op. cit., p. 134.

Felizarda, no Angu-Duro.⁷⁰ Um mapa feito pelo engenheiro David Jardim, datado de 30 de março de 1903, mostrou nos terrenos da empresa a presença de escavações e regos de mineração, terrenos cultivados, moinhos para milho, tanque para irrigação, currais, pastos para bovinos e ovinos, rancho de tropa, casa de curtume, rancho de tropa e tenda de ferreiro, valos e regos para aguadas.⁷¹

Na virada do século XIX para o XX, Jerônimo Baracho possuía mineração no Ribeirão do Inferno e, na Diamantina, comércio de atacado no ramo de farinha de trigo, querosene e sal, trazidos por sua tropa da cidade do Rio de Janeiro. Ele também atuou na compra e venda de sementes de mamona para a capital do país, cujo óleo, naquela época, começava a ser empregado na incipiente aviação.⁷² As suas lavras ficavam nas terras do Dumbá, Pombeiro e Mutuca, ricas em ouro e diamantes, todas pertencentes a sua fazenda. Nela, havia pomar, culturas de milho, cana e mandioca, criação de gado e rancho para descanso das tropas e viajantes.⁷³ Lá, “os trabalhos, na roça e nos currais, eram executados por seis a oito peões. (...) O leite era levado à cidade, em latões, um de cada lado dos burros, que transportavam também frutas, ovos, verduras e capoeiras de galinhas”.⁷⁴

No ano de 1924, em 20 de novembro, o major Jucundino Pio Fernandes e seus familiares passaram a escritura de venda de uma lavra no Guinda à empresa Duarte & Irmãos, pela quantia de 60 contos de réis. A referida lavra compreendia doze lotes de terrenos minerais, situados nos córregos do Guinda e do Brumadinho, bem como 3 casas de moradas cobertas de telhas, pátio, quintal e terras adjacentes, seis ranchos cobertos de capim, moinho, aguadas, terras de cultura e pasto. Os terrenos diamantinos foram transferidos por 57 contos, enquanto as casas, moinho e terras agrícolas por 3 contos, tudo pago em moeda corrente.⁷⁵

Em 25 de agosto de 1927, o minerador e comerciante Franklin de Carvalho comprou de dona Luiza Maria do Rosário Fernandes parte das terras da Fazenda Câmara, contendo moinho, casas e lotes diamantinos pela quantia de dez contos de réis. Os terrenos, situados na localidade de Sopa, abrigavam atividades de lavoura e criação bovina, bem como catas distribuídas em 14 lotes minerais, uns em Sopa e outros nos Caldeirões.⁷⁶ A produção

⁷⁰ Processo de execução, Cartório do 1º Ofício, maço 121, fls. 2v-3v. BAT.

⁷¹ Coleção de Documentos Cartográficos. Mapa do terreno da Fábrica de Tecidos da Perpétua – Firma Motta, Leite Couto & Cia. APM-022. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=31.

⁷² RAMOS, Dulce Baracho. *O Ribeirão do Inferno*. Diamantina, MG: Edição da autora, 1997, p. 33-35.

⁷³ Idem, p. 20-21.

⁷⁴ Idem, p. 25.

⁷⁵ Escritura de venda e cessão de casas e lotes diamantinos, Livro de Notas n. 41, Cartório do 1º Ofício, 1924, maço 498, fls. 56-69. BAT.

⁷⁶ Livro de Notas n.44, Cartório do 1º Ofício, 1927, maço 498, fls. 20-21v. BAT.

agropecuária da Fazenda da Câmara era consumida pelos trabalhadores da lavra e, o excedente, comercializado em Sopa e no Guinda.

Na década de 1930, a rica lavra João Boa de “diamantes de massa”, talvez a mais produtiva do distrito de São João da Chapada, encontrava-se no meio de acirrada disputa pelo seu registro no recém-criado Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Nela, conforme croqui abaixo, também havia atividades agropecuárias: criação de gado, lavouras de feijão, mandioca e milho e presença de hortas e pomares.

Figura 3 – Croqui da Lavra João Boa, início dos anos 1930



Fonte: Elaboração do autor.⁷⁷

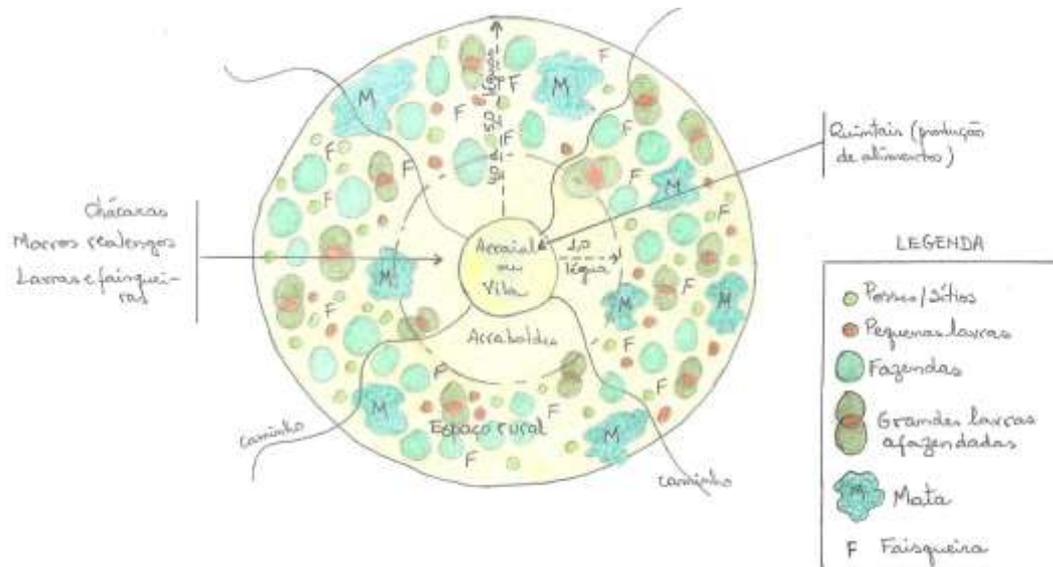
Ora, tomados em conjunto, os dados arrolados anteriormente permitem avançar a proposição de novo modelo para a pretérita espacialidade da região diamantina, bem diferente daquele derivado da historiografia convencional sobre as Minas Gerais, isto é, a

⁷⁷ O croqui foi elaborado com base na matéria “O caso da mineração do Jobô”, que descreveu a lavra e o contencioso que a envolvia, publicada no jornal *Voz de Diamantina*, ano IV, n. 26, 03/03/1940, bem como no trabalho de campo realizado pelo autor em 2018, no qual se colheu o depoimento de Jésus Sanguinete (70 anos, garimpeiro, filho do proprietário da lavra a partir de meados dos anos 1940) sobre a história desse empreendimento minerário.

produzida até os anos 1960. A representação tradicional do espaço nas regiões mineradoras do passado remete à metáfora do bolo de camadas distintas, homogêneas e sobrepostas. Postula a nítida separação entre “espaço urbano” e “espaço rural”, e entre “zonas agropastoris” e “zonas mineradoras”. Ao contrário disso, o que se propõe, para a região da antiga Demarcação Diamantina, é pensar um espaço complexo, sem marcantes descontinuidades, preenchido por atividades econômicas diferentes praticadas em contiguidade ou, muito frequentemente, mescladas num mesmo local. Portanto, uma mistura de paisagens, cuja metáfora bem que poderia ser o suflê de legumes.

Dá-se ao novo modelo a denominação de *espacialidade de paisagens amalgamadas*. O diagrama abaixo esquematiza os seus traços característicos:

Figura 4 – Espacialidade de paisagens amalgamadas nos sertões dos diamantes



Fonte: Elaboração do autor.

A ideia é que, em qualquer recorte significativo da região, encontravam-se unidades agropastoris e unidades mineradoras vizinhas, bem como situações nas quais o garimpo, as roças e a criação de animais ocorriam simultaneamente, amalgamadas. Configuração que tinha início nos arrabaldes dos núcleos urbanos e se estendia até quatro ou cinco léguas de distância. As razões dessa organização espacial repousavam na geologia do Distrito Diamantino, como também nos padrões históricos do agenciamento econômico dos indivíduos (mineradores, fazendeiros, comerciantes) na sociedade escravista.

A geologia da região deu sua contribuição decisiva para a constituição dessa espacialidade amalgamada porque, como dizem os garimpeiros, a “borra de diamante tá aí

pra todo lado”. As gemas estão dispersas em aluviões e grupiadas dos corpos d’água tributários do Jequitinhonha. Estão também nos terrenos secos e elevados onde existe a “massa”, ao redor de Inhaí, Sopa e São João da Chapada. Não há um só filão, rico e denso, que concentre as gemas; ou apenas meia-dúzia de minas profundas, subterrâneas, riquíssimas, como acontece na África do Sul. No entorno de Diamantina, os diamantes davam (e ainda dão) nos rios, no meio da serra, em todo canto. Novamente, conforme o saber dos garimpeiros, “tem uma chaminé de vulcão que está lá em cima [nas cabeceiras do Caetemirim, nos túneis da Água Fria] e que espalhou o diamante pra todo lado, o vulcão era lá [em São João da Chapada] e jogou diamante por aí tudo. Então, aonde essa chaminé atingiu tem, aonde não atingiu não tem”.⁷⁸

A dispersão espacial dos depósitos de diamantes forçou, obviamente, o espalhamento geográfico das catas. Por outro lado, nos terrenos diamantíferos mais ricos, muitos deles distantes da cidade de Diamantina ou de suas vilas, a exploração manual exigia a concentração de centenas de trabalhadores no meio do mato, em pontos desprovidos de estradas ou alcançados apenas por estreitas, sinuosas e precárias picadas de burros. Logo, a questão do abastecimento se fazia premente. Por isso, nas maiores lavras costumava haver tropas de muares para a ligação com o comércio nos núcleos urbanos regionais. E também roças, currais e chiqueiros que auxiliavam no abastecimento dos garimpeiros. Na perspectiva dos proprietários dessas lavras, o recurso à agropecuária – e a instalação de tendas de ferreiro e oficinas de carpinteiro – nos próprios terrenos minerais significava redução de despesas e segurança de continuidade da extração. Vale lembrar que, nas práticas garimpeiras tradicionais de Diamantina, cumpria ao dono do serviço fornecer alimentação e assistência médica aos trabalhadores.⁷⁹

Mais uma vez, a geologia importa nesta questão. Em todo o Espinhaço Meridional, a agricultura tem que ser praticada nas manchas de solo mais argilosas e avermelhadas, como também naquelas mais escuras e úmidas que afloram aqui e acolá, espalhadas no meio de maciços rochosos e vastas porções de solos sem aptidão agrícola, arenosos, rasos e secos (correspondentes a 70% da cobertura pedológica da região).⁸⁰

⁷⁸ Depoimentos de garimpeiros recolhidos por LACERDA, Mariana de Oliveira. *Paisagem da terra dos diamantes*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014, v. 2, p. 55. Ver também ALMEIDA-ABREU, P. A.; RENGGER, F. E. A origem dos diamantes da Serra do Espinhaço Meridional: o exemplo do distrito diamantífero de Sopa-Guinda (Diamantina – MG). *Rev. Bras. Geocie.*, v. 32, n. 1, p. 1-14, 2002.

⁷⁹ Ver MARTINS, Marcos Lobato. *Identidades sociais e ação coletiva*. *Op. cit.*, cap. 2.

⁸⁰ Ver, por exemplo, ROCHA, Aline C.; OLIVEIRA, Cyntia M.; SILVA, Daniel F. da. Entre o extrativismo e a agricultura familiar no Alto Jequitinhonha, Diamantina – MG. *Anais do XLV Congresso da SOBER Conhecimento para a agricultura do futuro*, Londrina, 2007.

Algum papel deve ser atribuído também à mentalidade dos homens de fortuna na sociedade escravista. A maioria deles manteve-se apegada às atividades tradicionais e ao acúmulo de “riqueza antiga”: lotes minerais, terras de cultura e de pastagem, casas de comércio e estoques de mercadorias, escravos e dinheiro sonante ou na forma de dívidas de terceiros.⁸¹ Homens como Martinho Alves Chaves, Francisco Gomes Ribeiro, Rodrigo de Souza Reis, Alexandre Gomes da Silva Chaves, Jerônimo Baracho, Jucundino Pio Fernandes e Franklin de Carvalho viveram de suas lavras, roças e casas de comércio, explorando simultaneamente leque diversificado de negócios. Embora o principal motor de acumulação fosse a mineração de diamantes, suas fortunas tiveram expressiva dimensão comercial (incluindo a usura) e agrária, algo, aliás, comum entre as famílias abastadas no Brasil escravista.⁸²

O modelo de espacialidade de *paisagens amalgamadas* parece se ajustar melhor a esses fatores “ecológicos” e históricos presentes nos sertões diamantinos do que o modelo mais antigo de *espacialidade segmentada*.

Considerações finais

Os exemplos reunidos anteriormente – aos quais se poderão acrescentar muitos outros – demonstram que, no antigo Distrito Diamantino, em muitas grandes lavras oitocentistas não faltaram plantações, currais, chiqueiros e pastos, ainda que a produção de mantimentos nelas realizada fosse insuficiente para a manutenção dos mineradores. Portanto, almocafres, bateias, carumbés, marretas e picões foram manejados por braços que também empunharam ancinhos, chuços, enxadas, foices e sementes; as catas tocaram os limites de terras de cultura e campos de criar, dividiram terreno com quintais, hortas, pomares e moinhos.

Nesse sentido, portanto, essas grandes lavras devem ser consideradas como parte das paisagens rurais cultivadas nas regiões mineradoras. Para o antigo Distrito Diamantino, é inadequado imaginar os terrenos minerais do passado exclusivamente como “terra socavada”, funestamente destruída e preenchida somente com “amontoados de cascalho e barro”. A paisagem da mineração era mais complexa que a da “superfície lunar”, não se reduzindo ao resultado do mero desmonte caótico e selvagem dos morros, dos leitos

⁸¹ Sobre a “riqueza antiga”, ver MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza* – São Paulo, 1845-1895. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁸² Ver, por exemplo, FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1998. Para a análise dos negócios na Diamantina oitocentista, ver MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

e margens de cursos d'água. O modelo tradicional da *espacialidade segmentada* nas zonas de intensa mineração deve, portanto, ser substituído por outro, bem alicerçado em evidências empíricas, capaz de colocar em diálogo a espacialidade e a temporalidade, de melhor cartografar as paisagens, refletindo sobre a “gramática” de formação fisionômica das áreas mineradoras a partir dos elementos materiais, usos dos solos, técnicas, valores e intenções que promoveram a territorialização desses espaços. Nesse sentido, propõe-se o *modelo de paisagens amalgamadas*. Um próximo passo, a ser realizado por meio de análise mais ampla e profunda da documentação cartorial (inventários, escrituras, processos de arbitragem, etc.) e dos relatos coevos, será “testar” esse modelo em Diamantina e Grão Mogol, por meio da elaboração de mapas e croquis das suas zonas de entorno representando lavras, roças, pastagens, caminhos e quintais urbanos e periurbanos.

De todo modo, o exercício de propor modelos de espacialidade para as zonas de mineração antiga, mesmo sabendo-se que os modelos são abstratos e estáticos em alguma medida, permite ao historiador lidar mais conscientemente com a “geografia do passado”, a temporalidade e a localização; examinar as suas interpretações de paisagens diferenciadas e diversas, socialmente construídas, contendo complexos fluxos, durações, ordenações e escalas, sempre articulados e indissociáveis. Tarefa necessária para evidenciar as mudanças e permanências nas paisagens e nas representações (inclusive cartográficas) dos lugares.

Por fim, deve-se assinalar que, assim como as técnicas de exploração, os padrões atuais de uso das áreas de jazidas não podem ser projetados no passado. Nem as percepções e representações de hoje relativas à grande mineração coincidem com os traços da fisionomia dos grandes garimpos de ontem.

Recebido em 26 de novembro de 2019

Aceito em 30 de junho de 2020